

## **A Edificação de uma Universidade num Pequeno Estado Insular: Modelos e Intenções**

**Maria Adriana Sousa Carvalho**  
[adriana.carvalho@docente.unicv.edu.cv](mailto:adriana.carvalho@docente.unicv.edu.cv)  
Universidade de Cabo Verde

### **Resumo:**

A presente comunicação, que se insere no campo da historiografia das instituições educativas, analisa o processo de construção da universidade pública em Cabo Verde, estado insular de pequena dimensão. Situamo-nos na última década do século XX e na primeira do século XXI, num espaço fisicamente confinado a dez ilhas no Atlântico e numa nação que se prolonga além-fronteiras através da diáspora.

Para a inteligibilidade das práticas atuais de gestão da Universidade de Cabo Verde importa conhecer os modelos de educação superior que forjaram a sua matriz identitária. Do ponto de vista epistemológico, a universidade foi configurada a partir de arquétipos concetuais apresentados por professores e investigadores em relatórios, artigos científicos e em teses académicas.

Utilizámos como fontes para o estudo dos modelos que convergiram na edificação da Universidade de Cabo Verde, as análises e recomendações de professores que vivenciaram este processo e de consultores externos que o estudaram. Referimo-nos às reflexões de João Manuel Varela (1999, 2001), Jorge Sousa Brito (2001, 2003) e André Corsino Tolentino (2007) e aos olhares críticos de Eduardo Marçal Grilo, Júlio Montalvão e Silva e Manuel Carmelo Rosa (1993).

A Lei de Bases do Sistema Educativo (1990, 1999, 2010) legitimou o modelo binário do ensino superior (universitário e politécnico) e os Estatutos da Universidade de Cabo Verde (2006) absorveram ideias e propostas dos académicos supra referidos. Recentemente, o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (2015) regulou a sua constituição, organização e funcionamento, tendo criado um quadro de oportunidades e intenções de aproximação aos valores contemporâneos vigentes em espaços universitários internacionais.

**Palavras-chave:** Estado insular, ensino superior, universidade.

## 1. Um pequeno estado insular e uma nação que se prolonga além-fronteiras

Atendendo às especificidades de um Estado arquipelágico e de uma Nação que se prolonga além-fronteiras, através da sua expressiva diáspora, e tendo em mira as exigências da qualidade e da equidade a que está obrigada a Universidade Pública (...) [de Cabo Verde] define-se como uma Universidade em Rede.

(Estatutos da Universidade de Cabo Verde, 20 de novembro de 2006)

Dez ilhas e cinco principais ilhéus formam o arquipélago de Cabo Verde, a cerca de 500 km do promontório africano que lhe deu o nome (Amaral, 2007). Com uma área global de 4.033 Km<sup>2</sup> e atualmente 524.833 habitantes (1980: 295.703 habitantes)<sup>1</sup>, à configuração física de “estado arquipelágico” alia-se outra especificidade, a de Pequeno Estado<sup>2</sup>.

A condição de pequeno estado insular da periferia, frágil do ponto de vista político, económico e social, mas próximo dos países desenvolvidos no que diz respeito à idiossincrasia, à aspiração à liberdade e ao ritmo de mudança social e cultural (Tolentino, 2007), condicionou o processo de edificação da universidade pública. A par de constrangimentos inerentes a esta condição – isolamento e dispersão territorial, limitados recursos naturais e grande dependência do exterior – Cabo Verde possui um lastro cultural que potencia o desenvolvimento através da educação. Corsino Tolentino sintetiza este desafio com o termo “glocalizar”, que define como “cruzar o saber local assumido com o conhecimento científico e conseguir mestiçagens mais amplas e conscientes de si” (2007, p. 145).

Caldeados na adversidade das ilhas, ao longo de séculos, os cabo-verdianos foram parar a terras estranhas onde nunca chegaram a instalar a alma, embora o não-regresso aconteça com frequência. A independência deu o primeiro golpe no fado, eliminando a assombração da fome. Todavia, falta a inscrição consciente da emigração como um dos eixos fundamentais do projecto estratégico nacional.

(Tolentino, 2007, p. 234)

---

<sup>1</sup> Dados do Instituto Nacional de Estatística (2015).

<sup>2</sup> A ONU considera que os pequenos estados e territórios insulares têm características comuns: estados soberanos ou territórios autónomos, insulares e com uma população inferior a um milhão de habitantes (*apud* Tolentino, 2007, pp. 139/140).

Segundo António Carreira, de todos os territórios africanos do antigo ultramar português, foi Cabo Verde o pioneiro da emigração livre (primeira corrente da emigração, final do século XVII ou primeiros anos do século XVIII) (1983).

Atualmente, o número de cabo-verdianos na diáspora<sup>3</sup> ultrapassa o número de cabo-verdianos residentes. A emigração já não é uma fatalidade e tema de eleição da poesia, mas uma oportunidade de realizações e objeto de reflexão na literatura especializada.

A conceção da universidade pública assentou neste contexto, não devendo ficar confinada aos 4.033 Km<sup>2</sup> de território, projetando-se, outrossim, numa “expressiva diáspora” onde, a par de “excluídos, indocumentados e desempregados”, existem cidadãos “instruídos, educados, treinados, integrados em sociedades e mercados de trabalho mais sofisticados” (Tolentino, 2007, p. 233).

## **2. Os paradigmas dominantes na construção do ensino superior**

O marco inicial foi a criação em 1979 do Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário<sup>4</sup>, de nível pós-secundário, mas com marcas e particularidades do ensino superior – outorga de graus académicos, autonomia científica, liberdade de cooperação com instituições superiores prestigiadas. Posteriormente, foram criados outros centros de nível médio, nos domínios das Ciências da Administração, Náuticas e Agrárias, que evoluíram para Instituições de Ensino Superior<sup>5</sup>.

Do ponto de vista epistemológico, a Universidade foi configurada a partir de arquétipos apresentados por professores e investigadores em relatórios, publicações científicas e teses académicas. Consultámos o *Estudo sobre o Ensino Superior em Cabo Verde* (1993) da autoria de Eduardo Marçal Grilo, Júlio Montalvão e Silva e Manuel Carmelo Rosa<sup>6</sup>,

---

<sup>3</sup> População residente no arquipélago – 434.812; total de emigrantes – 517.780. (Instituto das Comunidades de Cabo Verde, *apud* Tolentino, 2007, p. 233)

<sup>4</sup> O Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário evoluiu para Instituto Superior de Educação, em 1995.

<sup>5</sup> Instituto Nacional de Administração e Gestão, Instituto Superior de Engenharias e Ciências do Mar e Instituto Nacional de Investigação Agrária.

<sup>6</sup> Eduardo Marçal Grilo – Licenciado e Doutor em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico, Lisboa. Foi Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian (2000-2015), Consultor do Banco Mundial (1989-91), Diretor do Serviços para a Cooperação da FCG (1989-95), Presidente do Conselho Nacional de Educação (1992-95) e Ministro da Educação de Portugal (1995-99).

que analisaram o enquadramento socioeconómico e cultural de Cabo Verde e auscultaram protagonistas do processo de construção do ensino superior no arquipélago. Foram, igualmente, fontes para este estudo artigos, comunicações e dissertações de académicos cabo-verdianos, que vivenciaram esta trajetória e sobre ela refletiram. Selecionámos textos da autoria de João Manuel Varela<sup>7</sup> (1999, 2001), Jorge Sousa Brito<sup>8</sup> (2001, 2003) e André Corsino Tolentino<sup>9</sup> (2007).

## 2.1. As linhas orientadoras para uma política do ensino superior em Cabo Verde

A implementação do ensino superior em Cabo Verde é já uma realidade irreversível resultante de uma forte vontade política e merecendo o apoio e entusiasmo de muitos sectores, constituindo ainda uma opção estratégica e motivo de orgulho nacional para este país.

(Grilo, Silva & Rosa, 1993, p. 76).

A Fundação Calouste Gulbenkian apoiou o Ministério da Educação de Cabo Verde e a Comissão Instaladora do Ensino Superior no processo de edificação deste nível de ensino. Como resultado de uma missão dos Professores E. Marçal Grilo, J. Montalvão e Silva e M. Carmelo Rosa, em Abril de 1993, foi produzido um importante relatório sobre o ensino superior com ideias estruturantes que se sintetizam na tabela seguinte.

---

Júlio Montalvão e Silva – Licenciado e Doutor em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico, Lisboa. Foi Presidente da Comissão Instaladora e do Conselho Científico do Instituto Politécnico de Setúbal e do Instituto Tecnológico e Nuclear.

Manuel Carmelo Rosa – Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa. Foi Diretor de Educação e Bolsas e dos Serviços de Cooperação para o Desenvolvimento da Fundação Calouste Gulbenkian. Foi Subdiretor Geral do Ensino Superior em Portugal (1986-90).

<sup>7</sup> João Manuel Varela [1937-2007]. Licenciado em Medicina pela Universidade de Lisboa (1963) desenvolveu trabalhos científicos em universidades em Antuérpia, Lovaina, Paris, Estocolmo, Tóquio e Nova Iorque. Lecionou no Instituto Superior de Engenharias e Ciências do Mar (S. Vicente, a partir de 1998). Foi um notável poeta sob os pseudónimos João Vário, Timóteo, D. Didial e T. T. Tiofe.

<sup>8</sup> Jorge Manuel Sousa Brito – Licenciado em Química para a Investigação (Universidade de Nice) e Doutor em Ciências do Solo e da Água (Universidade do Arizona). Foi Diretor da Escola de Formação de Professores do Ensino Secundário e Presidente do Instituto Superior de Educação (1991-98), Diretor Geral do Ensino Superior e Ciência (1998-2001) e Reitor da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde (2006-14).

<sup>9</sup> André Corsino Tolentino – Licenciado em Administração Pública pela Universidade Técnica de Lisboa, Mestre pela Universidade de Minnesota e Doutor em Educação pela Universidade de Lisboa. Foi Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros (1975-77), Embaixador de Cabo Verde em Portugal (1981-84), Ministro da Educação de Cabo Verde (1984-90), Consultor do Banco Mundial, Diretor da Fundação Calouste Gulbenkian e promotor do Instituto da África Ocidental (IAO). É Embaixador jubilado e sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa.

Tabela 1 – Ideias-chave de E. Marçal Grilo, J. Montalvão e Silva e M. Carmelo Rosa sobre o ensino superior em Cabo Verde

Tópicos	Ideias-chave
Contexto	A implementação do ensino superior em Cabo Verde está condicionada pela dispersão geográfica, dimensão do mercado de trabalho, escassez de recursos humanos e materiais e a dificuldade na angariação de financiamento.  Ausência de um enquadramento legislativo do ensino superior, o que contribui para a existência de diversas soluções descoordenadas.
Modalidades	Ensino superior curto, do tipo politécnico, complementável posteriormente por acções de formação específicas em Cabo Verde ou no estrangeiro (apoio da cooperação portuguesa).  Cursos de estudos superiores especializados, que deem aos bacharéis formação complementar para a obtenção do grau de licenciado.
Estrutura orgânica	Um pólo central muito simples e flexível com funções de concepção, programação e regulação denominado Instituto Universitário de Cabo Verde – IUCV, que integra: Instituto Superior de Educação (Praia); Instituto Superior de Ciências do Mar (Mindelo); Escola Superior de Gestão e Contabilidade (Mindelo e um pólo na Praia); Escola Superior de Ciências e Tecnologias (Praia e alguns cursos em Mindelo).
Missão do IUCV	Ensino, investigação e prestação de serviços.
Cursos	Devem cobrir um espectro largo de formação, evitando uma especialização apertada e ter uma dinâmica própria capaz de rápidas e constantes adaptações, dada a possível saturação do mercado em determinadas áreas.  Dupla creditação pelo IUCV e por uma instituição estrangeira de reconhecida qualidade, que coopera na docência.
Níveis	Bacharelato. Devem evitar-se tendências para os cursos de tipo universitário (licenciaturas).
Professores	Dada a escassez de recursos humanos qualificados deve recorrer-se a situações de acumulação dentro e fora do sistema educativo e a quadros emigrados. Tem de existir um corpo docente permanente com qualificações minimamente adequadas – mestrados e doutoramentos.
Financiamento	Os pesados investimentos iniciais podem ser reduzidos com o aproveitamento de infraestruturas e equipamentos existentes. O governo deve contribuir de modo a que o valor das propinas não seja insuportável, o que implica a implementação de um sistema de apoio social escolar.

Em nossa opinião, o *Estudo sobre o Ensino Superior em Cabo Verde*, patrocinado pela Fundação Calouste Gulbenkian, foi determinante para o caminho crítico e reflexivo da modelação da educação superior num estado confinado pela insularidade, mas com pontes para a diáspora e internacionalização. Os seus autores, embora reconheçam que o ensino superior em Cabo Verde é uma realidade irreversível, advertem para a inevitabilidade de

uma “travessia do deserto” em que será procurado por aqueles que não conseguiram apoios nem têm disponibilidade para sair<sup>10</sup>.

## 2.2. A visão de João Varela

A Universidade é, obviamente, instituição, que interessa à sociedade civil e ao governo. (...) Mais do que um requisito da história deste povo, da sua sobrevivência, uma Universidade é uma necessidade do seu tempo de vida de arquipélago, como Estado, e do seu Governo, preocupado com a viabilização da República, em suma, um dos meios para se realizar uma Nação.

(Varela, 1999, p.48)

Cientista e poeta, após ter vivido durante 40 anos na diáspora, regressou a Cabo Verde tendo-se dedicado ao ensino superior (docência, investigação e reflexão sobre a universidade). Esboçou um modelo para a Universidade de Cabo Verde, a que acedemos nos seguintes artigos científicos: “Uma visão da Universidade de Cabo Verde”, publicado nos *Anais: Revista da Academia de Estudos de Culturas Comparadas* (1999) e “O papel dos recursos humanos no desenvolvimento de Cabo Verde” dado à estampa na *Cultura, Revista de Estudos Cabo-verdianos* (2001). A tabela seguinte resume os elementos constituintes do modelo de ensino superior criado por J. M. Varela.

Tabela 2 – Ideias-chave do pensamento de J. M. Varela sobre o ensino superior em Cabo Verde

Tópicos	Ideias-chave
Contexto	No que diz respeito a Cabo Verde, a política de recursos humanos tem encontrado pelo menos três obstáculos maiores: a ausência duma universidade, a escassez ou inexistência de verdadeiras riquezas naturais e a pequenez e descontinuidade do território (2001). A formação universitária exclusivamente no estrangeiro importa em gastos consideráveis, com o risco do não retorno dos diplomados (1999) <sup>11</sup> .
Modalidades	Sistema unificado: a Universidade de Cabo Verde - UCV, que poderá integrar institutos politécnicos (1999, 2001).
Missão da UCV	Propiciar o aumento e a consolidação da criação cultural do povo cabo-verdiano. Instalar as condições para o aparecimento do sentido crítico no seio da sociedade, o surgimento duma ampla massa crítica susceptível de influenciar o debate de grandes temas nacionais, incluindo a gestão da coisa pública (2001).

<sup>10</sup> No relatório da Fundação Calouste Gulbenkian afirma-se que a implementação do ensino superior em Cabo Verde entra em conflito com as aspirações de 100% dos estudantes, cujo objectivo é o de prosseguir os estudos no exterior.

<sup>11</sup> Segundo J. M. Varela, em 1997, os gastos com a formação de quadros no exterior e no país foram, respetivamente, de 414.154.800\$00 e 99.518.500\$00 (2001).

Estrutura orgânica	A UCV compreende dois Centros Universitários (Praia e Mindelo)  Centro Universitário da Praia/Santiago: Faculdades – Letras; Agronomia e Pecuária; Administração e Estudos Político-Sociais. Instituto Superior de Tecnologia. Academia de Letras e Humanidades.  Centro Universitário de Mindelo/S. Vicente: Faculdades – Economia, Engenharia e Ciências. Instituto Superior de Estudos Biomédicos. Academia de Estudos de Culturas Comparadas. (1999, 2001)
Níveis	Graduação: ensino universitário (faculdades) cursos de 5 anos; ensino politécnico (institutos) curta duração. Pós-graduações (forma faseada).
Investigação	A investigação deverá ser centrada em domínios de grande interesse nacional e nos quais, com recursos laboratoriais ao nosso alcance, a excelência possa ser obtida e internacionalmente reconhecida (1999).
Financiamento	O Estado terá que assegurar o grosso do financiamento, responsabilidade pesada para um pequeno arquipélago, que dispõe de magras receitas. Outras receitas devem ser provenientes das propinas e da ajuda externa (1999).

Como refere A. C. Tolentino, o Professor J. M. Varela esperava da Universidade o estabelecimento de elevados padrões de crítica e autocrítica, a procura da excelência no trabalho e a produção de obra que dignifique o País e lhe assegure, por mérito próprio, papel de relevo entre as nações (2007).

### 2.3. O pensamento de Jorge Brito

É de todos sabido que um dos principais caldeirões da subversão da sociedade civil (no bom sentido da palavra) é o meio universitário. O País carece deste caldeirão, para que se crie, a pouco e pouco, uma elite pensante e patriótica, sustentáculo do futuro de Cabo Verde a longo prazo (ver caso paradigmático do Japão).

(Brito, 2001, p. 113)

Jovem académico dedicou-se à docência na Escola de Formação de Professores do Ensino Secundário / Instituto Superior de Educação e no Instituto Nacional de Investigação Agrária. No exercício de cargos de gestão e na produção académica sobre conhecimento e transdisciplinaridade pensou a futura universidade pública.

Procedemos à análise de conteúdo de dois artigos, onde recolhemos elementos integrantes de um paradigma para a universidade nas ilhas: “Como implementar o ensino superior em Cabo Verde: meios e estratégias” (2001), na *Cultura, Revista de Estudos Cabo-*

*verdianos* e “A Transdisciplinaridade no ensino superior em Cabo Verde” (2003), na *Eccos, Revista Científica*.

Tabela 3 – Ideias-chave do pensamento de J. S. Brito sobre o ensino superior em Cabo Verde

Tópicos	Ideias-chave
Contexto	O ensino superior poderá tirar vantagens do posicionamento geoestratégico de Cabo Verde: equidistância aos principais centros mundiais do saber (Estados Unidos e Europa); meio percurso entre os países do Sul e do Norte; facilidades para a cooperação (intelectual) Sul-Sul e Sul-Norte; pertença a vários conjuntos de países com parâmetros geográficos e geoeconómicos comuns (Macaronésia, Sahel, CPLP, CEDEAO) o que facilita a intercomunicação de redes. (2001)
Modalidades	Sistema binário: ensino universitário e politécnico (2001).
Missão do ensino superior	Criação, transmissão e difusão da cultura, da ciência e da tecnologia que, pela articulação entre estudo, docência, investigação e prestação de serviços, constitui um instrumento estratégico do desenvolvimento do país (2003).
Estrutura orgânica	Natureza transdisciplinar; Federação de quatro unidades orgânicas; Modelo de <i>university-society</i> (2003).
Níveis	De bacharelato a doutoramento (2001).
Investigação	O lugar ideal para os estudos e investigação próxima da realidade cabo-verdiana é o meio universitário. Estudos e trabalhos de investigação com sede na Universidade servem a todos, aos estudantes e investigadores vindouros que os usam, fazem novas leituras, incorporam em próximos trabalhos, citam-nos, rejeitam-nos, contrapõe-nos a outros trabalhos, enfim fabricam o saber (2001).

Julgamos que uma das linhas-força do pensamento de J. S. Brito é a natureza transdisciplinar da universidade. Segundo este autor, “razões históricas e geográficas fizeram de Cabo Verde, ao longo dos últimos cinco séculos, um lugar de confluência de civilizações e de experimentação/aclimação dos mais diversos recursos e ideias”, tendo-se constituído “numa sociedade aberta ao mundo e numa economia de circulação”. Este posicionamento estratégico num mundo globalizado requer uma visão transdisciplinar do cidadão e “o ensino superior é um veículo privilegiado para tal (...) devendo a transdisciplinaridade fazer parte da nova universidade do século XXI” (2003, p. 95).



## 2.4. A tese de Corsino Tolentino

A universidade é concebida como motor da transformação social no cruzamento da afirmação identitária, que aproxima os cabo-verdianos residentes e os cabo-verdianos migrantes, com o acesso à economia do conhecimento.

Argumenta-se que, para atingir estas finalidades, a Universidade de Cabo Verde tem de ser empreendedora, defensora do ensino superior de qualidade e assente em parcerias público-privadas sólidas e capazes de ambicionar e procurar o reconhecimento internacional e a excelência.

(Tolentino, 2007, p. 24)

Esta, a tese defendida por A. C. Tolentino, Ministro da Educação (1984 a 1990) que, pelo estudo e trajetória cosmopolita, se tornou num reputado académico. Na tese intitulada *Universidade e transformação social nos pequenos estados insulares em desenvolvimento: o caso de Cabo Verde*, após responder à questão crucial – até que ponto o tamanho do país conta quando da educação e transformação social se trata? –, com base num aparelho concetual sólido e atualizado, A. C. Tolentino apresenta o paradigma de uma universidade pública empreendedora para impulsionar Cabo Verde.

Tabela 4 – Ideias-chave do pensamento de A. C. Tolentino sobre a Universidade de Cabo Verde

Tópicos	Ideias-chave
Contexto	O ensino superior existente é obsoleto e caótico, devido à ausência de projecto de desenvolvimento e capacidade reguladora.  Os campos de conhecimento e áreas de estudo, investigação e extensão da Universidade devem ser delimitados pelo realismo que uma nação insular e dispersa pelo mundo requer.
Missão	Actualizar, afirmar e transmitir o património cultural das gerações anteriores; (...) Contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico, económico, social e cultural, assessorando o poder político democrático no exercício da sua função de regulação e fomento do bem-estar geral; Promover a cidadania activa, a inclusão social e a afirmação da caboverdianidade interna e externa.
Paradigma	Universidade pública empreendedora. Universidade público-privada resultante de um contrato social, cuja entidade instituidora é uma associação do tipo fundação, sociedade ou consórcio, nacional ou internacional. Universidade em rede (os campi e os centros de recursos são geradores de externalidade local e nacional), em consequência da emigração e da importância das redes de competências. Abordagem transdisciplinar.
Estrutura orgânica	Primeira fase: Unidades orgânicas – Ciências da Natureza, Vida e Ambiente; Humanidades, Ciências Sociais e Arte; Economia, Gestão e Políticas Públicas; Ciências (Puras e Aplicadas).  Segunda fase: Faculdades – Engenharia e Ciências do Mar; Ciências Humanas e de Educação; Ciências da Terra; Economia, Gestão e Administração; Ciências Médicas; Ciências (Puras e Aplicadas) e Nissologia.

Ensino, investigação e extensão	Recomenda a concentração num reduzido número de áreas com a diversificação e especialização eficientes, no espírito do que a Declaração de Bolonha propõe para a Europa.  Para a criação de cursos deve-se aplicar o princípio da hélice tripla <sup>12</sup> ajustado com base em observatórios do mercado de trabalho.
Níveis de ensino	Formação pós graduada curta; bacharelato; licenciatura; mestrado e doutoramento. Propõe a criação de um Instituto de Estudos Pós-Graduados.
Internacionalização	Promoção da educação comparada no universo das nações de pequena dimensão e respectivas regiões.  Inserção em redes científicas internacionais. Escolha de um sistema de validação internacional.
Financiamento	Devem ser negociadas parcerias público-privadas.  Modos de financiamento: propinas e venda de serviços; transferência do orçamento do Estado; investimento de entidades públicas, privadas e sociais; cooperação internacional directa nos domínios do ensino, da ciência, da tecnologia e das artes.

Nas conclusões da sua tese, A. C. Tolentino reconhece que apresentou um modelo para a universidade pública, “cruzando o eixo do conhecimento teórico-prático com o eixo da verdade de factos-proposição, [procurou] a verdade crítica, não a definitiva” (2007, p. 44).

### ***Conclusões***

Os paradigmas para o ensino superior em Cabo Verde, apresentados por académicos nacionais e consultores externos, estão plasmados nos normativos que têm pautado a evolução deste nível de ensino e, em particular, da universidade pública.

A Lei de Bases do Sistema Educativo<sup>13</sup> consagrou o modelo binário do ensino superior (universitário e politécnico), a outorga dos graus académicos (licenciado, mestre e doutor) e a certificação das formações pós-secundárias profissionalizantes. Na última revisão da Lei de Bases, foi legitimada a harmonização do novo regime do ensino superior em Cabo Verde com o modelo de Bolonha, por forma a aproximar-se aos patamares almejados a nível internacional.

---

<sup>12</sup> Este princípio aplicado à interação no triângulo definido pelas relações que devem existir entre a universidade, as empresas e o governo é a metáfora da descoberta do segredo da vida por Francis Crick e James Watson (Tolentino, 2007).

<sup>13</sup> Com as alterações introduzidas em 1999 (Lei 113/V de 29 de dezembro) e em 2010 (Decreto Legislativo 2 de 7 de maio).

O Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (2015) alargou o quadro de oportunidades e de intenções de aproximação do ensino superior aos valores contemporâneos vigentes em espaços universitários internacionais.

Os Estatutos da Universidade de Cabo Verde (2006) acolheram conceitos propostos nos documentos estudados – universidade-centro de criação; difusão e promoção da cultura e da ciência; universidade em rede e os valores do empreendedorismo e da internacionalidade.

Os regimes jurídicos que regulam a universidade pública forjaram uma moldura institucional com normas – umas em vigor, outras no plano das intenções –, larga autonomia na lei (estreita na prática) e instituições divididas entre os formatos orgânicos tradicionais e os desafios que a sobrevivência condigna nas redes internacionais do saber impõem.

#### **Referências bibliográficas:**

Amaral, Ilídio do (2007). *Santiago de Cabo Verde: A terra e os homens*. Lisboa: AULP.

Brito, Jorge Sousa (2001). Como implementar o ensino superior em Cabo Verde: Meios e Estratégias. In *Cultura, Revista de Estudos Cabo-verdianos*, número especial. Praia: INIC, pp. 107-117.

Brito, Jorge Sousa (2003). A transdisciplinaridade no ensino superior em Cabo Verde. In *Eccos, Revista Científica*, 1, vol. 5, pp. 95-114.

Carreira, António (1983). *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro.

Grilo, Eduardo Marçal; Silva, Júlio Montalvão & Rosa, Manuel Carmelo (1993). *Estudo sobre o ensino superior em Cabo Verde*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Tolentino, André Corsino (2007). *Universidade e transformação social nos pequenos estados insulares em desenvolvimento: o caso de Cabo Verde*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Varela, João Manuel (1999). Uma visão da Universidade de Cabo Verde: breve estudo preliminar. *Anais: Revista da Academia de Estudos de Culturas Comparadas*, vol. 1, 2, pp. 45-74.

Varela, João Manuel (2001). O papel dos recursos humanos no desenvolvimento de Cabo Verde. *Cultura, Revista de Estudos Cabo-verdianos*, número especial. Praia: INIC, pp. 93-106.

**Legislação:**

Decreto-Lei 53/2006 de 20 de novembro – cria a Universidade de Cabo Verde e aprova os Estatutos.

Lei 103/III/1990 de 29 de dezembro com as alterações introduzidas pela Lei 113/V/1999 de 18 e outubro e pelo Decreto Legislativo 2/2010 de 7 de maio – Lei de Bases do Sistema Educativo.

Decreto-Lei 20/2012 de 19 de julho com as alterações introduzidas pela pelo Decreto-Lei 12/2015 de 24 de fevereiro – Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.